

SUBJETIVIDADE, AFETOS E PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS AMAZÔNIDAS NO TRABALHO: UMA PESQUISA-DOCUMENTÁRIO

SUBJECTIVITY, AFFECTS AND PROTAGONISM OF BLACK AMAZONIAN WOMEN AT WORK: A DOCUMENTARY-RESEARCH

Ronaldo Gomes-Souza¹

Ruth Almeida Correia²

Valexa Moraes de Barros³

Mariana Rosa Rocha da Silva⁴

Resumo: O objetivo deste estudo foi documentar, por meio do audiovisual e tecnologias digitais, os processos de subjetivação e as dinâmicas psicossociais, afetivas, de lutas e de protagonismo de mulheres negras no trabalho. Usamos um método criativo e inovador em psicologia para fazer e divulgar ciência: a pesquisa-documentário. Os resultados ressaltam campos dialógicos e reflexivos sobre a visibilidade política e psicossocial das vivências laborais de três mulheres negras. Foram identificados os impactos do racismo e do sexismo em suas subjetividades e afetos, bem como relações dessas experiências com a constituição da identidade e com as possibilidades de transformação social.

Palavras-chave: Autonomia; Ético-Político; Audiovisual; Equidade; Empoderamento.

Abstract: The objective of this study was to document, through audiovisual and digital technologies, the processes of subjectivation and the psychosocial, affective, struggle, and protagonism dynamics of Black women in the workplace. We used a creative and innovative method in psychology for conducting and disseminating science: documentary-research. The results highlight dialogic and reflective fields regarding the political and psychosocial visibility of the work experiences of three Black women, identifying the impacts of racism and sexism on their subjectivities and affects, and discussing how such experiences relate to the formation of identity and the possibilities for social transformation.

Keywords: Autonomy; Ethical-Political; Audiovisual; Equity; Empowerment.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

¹Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações – Universidade de Brasília; Professor Adjunto – Universidade Federal do Amazonas; E-mail: ronaldopsicologo@ufam.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4349-2688>.

²Mestra em Psicologia – Universidade Federal do Amazonas; Professora – na Faculdade Metropolitana de Manaus; E-mail: ruth.correia@ufam.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5230-8269>.

³ Mestra em Psicologia – Universidade Federal do Amazonas; E-mail: valexa.barros@ufam.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3799-6506>.

⁴ Graduanda em Psicologia – Universidade Federal do Amazonas; E-mail: marirosaxw@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0207-3200>.

Introdução

O trabalho é central para a existência humana, influenciando a sobrevivência, a identidade, a organização social e as dinâmicas de (r) existência (Araújo; Sachuk, 2007; Gomes-Souza, 2025). Contudo, a inserção no mundo do trabalho não ocorre de forma justa e igualitária, principalmente para grupos sociais distintos. Segundo Collins (2019), gênero e raça são fatores determinantes na forma como as pessoas acessam e vivenciam o trabalho, acarretando diferentes trajetórias subjetivas, afetivas e profissionais. No Brasil, as mulheres negras enfrentam discriminação de cor, gênero, setor, região e ocupação, sendo frequentemente posicionadas em funções de menor remuneração (Soares, 2000). Tais singularidades requerem metodologias que acompanhem a complexidade que envolve os campos psicossociais das trabalhadoras negras no Brasil; tal é a proposta da pesquisa-documentário, que se propõe a dar protagonismo aos envolvidos, de forma democrática, coletiva, transdisciplinar e ético-política (Alves *et al.*, 2025; Gomes-Souza, 2025).

Longe de ser um espaço neutro, o mercado de trabalho reflete e reproduz desigualdades históricas e estruturais. Existe uma interseccionalidade entre gênero, raça e classe social que cria camadas mais profundas de opressão para as mulheres negras sob a forma de racismo e sexismo nas relações laborais (Crenshaw, 2004). Esse cenário é representado em situações nas quais as mulheres negras frequentemente enfrentam dificuldades no reconhecimento de suas competências e na ascensão profissional (Akotirene, 2019).

Estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010) sobre igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho indicam que a desigualdade ocorre em duas dimensões: sexo e raça. O gênero impacta mais o acesso e a permanência no emprego, enquanto a raça está mais associada à informalidade. Assim, as mulheres negras, por estarem na intersecção dessas duas condições, enfrentam uma dupla desvantagem em suas trajetórias profissionais (Santos, 2023).

Em 2024, somente 52% das mulheres negras estavam inseridas no mercado de trabalho remunerado, enquanto a participação era de 75% entre os homens negros e 74% entre os homens brancos, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024). A análise das desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho requer necessariamente uma perspectiva histórica. Após a abolição da escravidão, em 1888, a população negra foi deixada à margem, desprovida de acesso à terra, à educação e a políticas públicas de integração social. Nesse contexto, as mulheres negras foram majoritariamente direcionadas a funções de trabalho

doméstico e a atividades informais, caracterizadas pela baixa remuneração e pela ausência de direitos trabalhistas (Alves; Rocha, 2021). Essa herança histórica se perpetua, como evidencia a elevada concentração de mulheres negras em ocupações precárias e socialmente desvalorizadas. Assim, o racismo e o sexismo estruturais não apenas mantêm a lógica de exclusão econômica, mas também restringem as possibilidades de mobilidade social e reforçam estereótipos que associam a mulher negra a posições subalternas (Davis, 2016).

Diante disso, é fundamental reconhecer que a condição de ser mulher negra no Brasil está intrinsecamente vinculada à intersecção de múltiplas opressões, como racismo, sexismo e desigualdades de classe, que resultam em processos históricos de exclusão e em persistente invisibilização social (Souza; Assunção, 2019). Entretanto, essa realidade ganha contornos ainda mais específicos quando se considera o território amazônico. As mulheres amazônidas carregam marcas da exclusão e do silenciamento atravessadas por fatores históricos e geográficos próprios da região. O isolamento territorial, decorrente das grandes distâncias entre rios, campos e florestas, historicamente limitou o acesso a direitos básicos como saúde e educação, além de ter impactado os fluxos migratórios da zona rural para os centros urbanos, intensificando diferentes problemáticas sociais. Nesse sentido, as mulheres entrevistadas nesta pesquisa, todas amazônidas, vivenciam as intersecções entre gênero, raça e território, o que aprofunda as desigualdades enfrentadas e, ao mesmo tempo, reforça a potência de suas resistências e estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho (Alves *et al.*, 2025; Silva, 2023).

Essas condições estruturais expressam-se para além das dimensões objetivas de acesso a direitos e oportunidades: elas perpassam o campo subjetivo. O constante enfrentamento à desigualdade gera estresse, tristeza e desamparo, podendo acarretar transtornos psicológicos graves (Santos, 2018). Portanto, mais do que restringir suas oportunidades econômicas até os dias de hoje, esse contexto impacta a saúde mental e a construção identitária dessas mulheres nos espaços de trabalho. Segundo Lélia Gonzalez (2020), filósofa e militante do movimento negro, o racismo e o sexismo se internalizam na psique brasileira, produzindo comportamentos de submissão e autodepreciação, especialmente entre negros e mulheres. Ela explica que os efeitos se estendem para além das relações interpessoais e se expressam contundentemente no mundo do trabalho, espaço em que desigualdades raciais e de gênero se intensificam.

O trabalho é central na constituição subjetiva, pois estabelece relações de prazer, sofrimento e identidade (Gomes-Souza; Tramontano, 2024).

No caso das mulheres negras, é essencial evidenciar suas experiências no enfrentamento das adversidades impostas pela discriminação (Bento, 2002). A falta de políticas eficazes compromete a promoção da igualdade e perpetua desigualdades estruturais. Sem medidas concretas, mantém-se a lógica de exclusão, que reforça ciclos de precarização e marginalização, inviabilizando uma sociedade verdadeiramente equitativa (Alves *et al.*, 2025).

Considerando tal cenário, este trabalho busca destacar as experiências das mulheres negras no mercado de trabalho por meio da pesquisa-documentário, proporcionando um espaço em que suas vozes possam ser ouvidas e suas trajetórias reconhecidas (Carrijo; Rasera; Teixeira, 2021; Gomes-Souza; Lima, 2025). Foram utilizadas ferramentas de captura e edição de imagem e som, que desafiam narrativas dominantes, promovem a democratização do conhecimento acadêmico e ampliam a visibilidade das comunidades envolvidas (Gomes-Souza; Sampaio; Tramontano, 2024; Gomes-Souza, 2025). Nesse sentido, a pesquisa-documentário surge como uma proposta criativa de produzir e compartilhar ciência, utilizando filmagens e recursos digitais acessíveis, o que amplia seu potencial pedagógico e social. O produto final da pesquisa-documentário — o vídeo — não apenas registra falas e vivências, mas também se torna um material de reflexão e conscientização sobre os temas abordados, tendo o potencial de se desdobrar em ações em prol de melhorias sociais (Gomes-Souza, 2025).

Para além do registro técnico e do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), esse formato exige um compromisso ético-político: a participação precisa ser consentida, e as pessoas envolvidas devem ter autonomia sobre como suas imagens, afetos (Gomes; Costa; Reis, 2024) e narrativas são/serão utilizados. Assim, o audiovisual deixa de ser restrito ao espaço acadêmico e alcança diferentes públicos, transformando-se em um instrumento político potente de democratização do conhecimento. No caso deste estudo, ele se volta para evidenciar as experiências de mulheres negras no mercado de trabalho, trazendo à tona suas vivências, resistências e modos de enfrentamento do racismo.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo documentar, por meio do audiovisual, os processos de subjetivação e as dinâmicas psicossociais, afetivas, de lutas e de protagonismo de mulheres negras no trabalho. Especificamente, busca ampliar a visibilidade das vivências laborais dessas mulheres e identificar os impactos do racismo e do sexismo em suas subjetividades e afetos, discutindo como tais experiências se relacionam com a constituição da identidade e com as possibilidades de transformação social.

1 Método

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa. Nosso interesse foi aprofundarmo-nos nas dinâmicas intersubjetivas dos participantes, nas quais as subjetividades e afetos dos pesquisadores e sujeitos pesquisados se entrelaçaram e se constituíram mutuamente durante toda a pesquisa (Gomes; Costa; Reis, 2024; González-Rey; Patiño Torres, 2017). Foi utilizado o método da pesquisa-documentário (Carrijo; Rasera; Teixeira, 2021; Gomes-Souza, 2025), que consiste na apropriação da linguagem audiovisual por meio de filmagens realizadas com câmeras de celulares (smartphones diversos) e do uso de TDIC ao longo das etapas de comunicação, edição e circulação do material.

A pesquisa-documentário é uma forma inovadora e criativa de se fazer e divulgar ciência. Ela surge com a demanda de alinhar as práticas de ensino, pesquisa e extensão, de forma coletiva, democrática e transdisciplinar: todos participam do planejamento, filmagens, edições e montagens. Todos têm vez e voz e participam de todo o processo de decisão em diferentes momentos da pesquisa, articulando os saberes institucionalizados da academia aos demais saberes formais e informais dos sujeitos com os quais interagimos (Gomes-Souza; Lima, 2025). Para tanto, temos um compromisso ético-político singular que permite que o consentimento ocorra para além da tradicional forma prescrita na Lei 14.874 (Brasil, 2024) sobre pesquisas com seres humanos no Brasil.

Na pesquisa-documentário, temos dois tipos de participantes: (1) a figura do pesquisadordocumentarista e (2) a do sujeito-personagem. O primeiro termo ressalta a primazia do interesse científico-acadêmico na condução da investigação e na construção do conhecimento. Embora nos apropriemos de uma linguagem audiovisual próxima à do cinema documentário, por registrar a realidade e outros contextos simbólicos dos sujeitos com os quais interagimos, não atuamos como documentaristas, mas, sim, em primeiro lugar, como pesquisadores (acadêmicos) que utilizam a filmagem e o documentário como ferramentas de pesquisa. Já o segundo termo se justifica porque, no campo audiovisual, a presença desses sujeitos na tela, mediada por processos de edição e montagem, produz recortes de representações de suas subjetividades e afetos (Gomes; Costa; Reis, 2024; Gomes-Souza, 2025; Gomes-Souza; Lima, 2025). O Quadro 1 ilustra o procedimento metodológico que seguimos neste estudo.

Os participantes não somente assinam os termos de consentimento e cessão de uso de imagem; eles podem rever esse consentimento antes, no decorrer e depois da gravação do material final, participando, ativamente,

em diferentes momentos do estudo. A pesquisa-documentário tem dois critérios ético-políticos básicos: (1) o sujeito querer ser filmado (ou “audiogravado”) para aparecer nas telas do material videogravado/audiovisual e (2) a existência de uma causa política para que sua vez e voz alcancem diferentes comunidades e sensibilizem para suas singularidades, existências e resistências em prol de mais equidade, justiça, dignidade e outros benefícios biopsicossociais, culturais, históricos, ambientais e econômicos. Trata-se de sujeitos que aceitam e desejam ampliar a reflexão e seus direitos enquanto cidadãos por meio de recursos audiovisuais. (Gomes-Souza; Sampaio; Tramontano, 2024). Todos integram, de forma coletiva e democrática, todo o processo de planejamento e execução da pesquisa. Por isso, ambos — pesquisadores-documentaristas e sujeitos-personagens — são participantes. Suas subjetividades, saberes e afetos se entrelaçam no exercício de suas autonomias e criatividade. Nesse percurso, o poder das câmeras e filmagens, as etapas de edição e montagem e a definição da versão final do material audiovisual integram uma construção conjunta, desenvolvida em cooperação mútua e consentida pelos sujeitos-personagens.

Participaram desta pesquisa três mulheres negras sujeitos-personagens (doravante, “as sujeitos-personagens”), com os seguintes critérios de inclusão: ter 18 anos ou mais, autodeclarar-se uma mulher negra (parda ou preta), atuar profissionalmente há mais de um ano e apresentar trajetórias profissionais e posicionamentos identitários relevantes para a compreensão das experiências analisadas. As participantes foram Karla Cristina, promotora de justiça, autodeclarada mulher parda; Luciana Santos, jornalista e advogada, autodeclarada mulher preta; e Iolete Silva, psicóloga e professora de uma universidade pública, autodeclarada mulher negra. As imagens das sujeitos-personagens que protagonizaram a pesquisa-documentário estão apresentadas na Figura 1.

Participaram, ainda, 17 pesquisadores-documentaristas, entre os quais um era o professor que cumpriu também a função de supervisor das pesquisas-documentário produzidas. Já os demais eram pesquisadores, estudantes regulares e especiais em um programa de pós-graduação em Psicologia, totalizando 20 participantes. Os pesquisadores-documentaristas integraram uma disciplina na pósgraduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) sobre subjetividade e pesquisa-documentário, ofertada na Região Norte do país. Essa participação ocorreu dentro de um processo de formação (ensino), ancorado em um projeto de pesquisa sobre subjetividades de trabalhadores amazônidas e em outro projeto de extensão sobre audiovisualidades, criatividade e saúde mental de trabalhadores. Esta pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 78536124.7.0000.5020), e todos os participantes

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Cessão de Uso de Imagem (TCUI), quiseram ser filmados e apresentavam uma causa política compatível com os critérios ético-políticos da pesquisa-documentário (Gomes-Souza; Sampaio; Tramontano, 2024; Gomes-Souza, 2025).

A disciplina teve a carga horária de 60 horas e foi desenvolvida no primeiro semestre de 2025. Foram produzidas sete pesquisas-documentário, com temas diversos: 1) Carregadores na região portuária (fluvial), 2) Trabalhadores venezuelanos na Região Norte, 3) Trabalhadores em situação de rua, 4) Protagonismo de trabalhadoras negras, 5) Professor universitário indígena, 6) Trabalhadoras artistas (DJs) trans e 7) Trabalhadores ambulantes de produtos alimentícios regionais amazônidas). As videoentrevistas e demais atividades de formação incluíram a apropriação teórica, técnica e tecnológica de todo o processo da pesquisa-documentário, conforme detalhado no Quadro 1. O contato com os três sujeitos-personagens se deu por meio da rede de contato dos pesquisadoresdocumentaristas. O WhatsApp foi utilizado tanto para o agendamento das gravações quanto para diversas comunicações com os sujeitos-personagens durante o processo da pesquisa: planejamento, edição, montagem e negociação/diálogo sobre a versão final da pesquisadocumentário.

Quadro 1

Figura 1. As sujeitos-personagens que protagonizaram a pesquisa-documentário sobre mulheres negras no mercado de trabalho, no contexto amazônida.



Iolete (psicóloga e professora universitária)



Karla Cristina (promotora)



Luciana (jornalista e advogada)

Fonte: Acervo próprio, 2025.

Assujeitos-personagens foram estimuladas a gravar seus próprios materiais e/ou sugerirem mudanças, legitimando seus protagonismos e autonomias. Os materiais audiovisuais desenvolvidos (vídeos) foram filmados e armazenados no Google Drive (nuvem) para interação coletiva e democrática delas com os

pesquisadores-documentaristas. O material final foi amplamente debatido na turma e com as sujeitos-personagens. Será exibido em eventos acadêmicos e em uma mostra de pesquisa-documentário, em parceria com a Secretaria de Cultura do estado onde foi realizada a pesquisa.

O material audiovisual produzido no formato de pesquisa-documentário (link) tem a duração de aproximadamente 15 minutos, sendo 5 minutos para cada participante. As gravações ocorreram em ambientes laborais e em outros espaços do cotidiano das protagonistas, de modo que o enquadramento da câmera buscou salientar tanto aos elementos característicos de suas rotinas — com ênfase em seus rostos e gestos corporais — quanto às narrativas construídas na pesquisa.

Foram utilizadas estratégias técnicas, como o recurso do *superclose*, isto é, aproximar a câmera das sujeitos-personagens, a fim de destacar expressões e gestos que conferissem maior proximidade e intensidade à narrativa. A pesquisa-documentário inicia-se com a cena da promotora de justiça caminhando pelo corredor em direção ao seu gabinete, com a câmera focalizando seus sapatos de salto alto, o que simboliza, de forma sutil, a presença feminina em um espaço de poder. Na sequência, a primeira entrevista é conduzida com Karla, depois Luciana e finalizando com Iolete. As falas, apesar de individuais, se entrelaçam, compondo uma narrativa coletiva sobre suas trajetórias, sobre as marcas do racismo e do sexismo enfrentados, bem como sobre as estratégias de resistência que envolveram mudanças de postura, de comportamento e até mesmo de vestimenta. Assim, a pesquisa-documentário articula experiências singulares, que, ao se complementarem, evidenciam as complexidades da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho.

Usamos a Análise de Núcleos de Sentido (ANC), da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), para realizar as interpretações das narrativas das sujeitos-personagens trabalhadoras. Segundo Mendes (2007), a ANC refere-se à organização das falas dos trabalhadores em categorias temáticas. Essas categorias revelam os campos afetivos e os modos pelos quais os sujeitos trabalhadores (res)significam e atribuem sentidos às vivências laborais. Além disso, permitem compreender as relações intersubjetivas entre os trabalhadores e a organização do trabalho, atravessadas pelas dinâmicas de prazer e sofrimento e saúde e adoecimento. Na pesquisa em questão, considerando as interações e diálogos estabelecidos com as sujeitos-personagens que protagonizam esta pesquisadocumentário, os temas que mais foram frequentemente repetidos e significativos para os envolvidos na pesquisa e que possibilitaram a construção final do material audiovisual foram: “Trajetória de Vida”; “Entre Gênero e Raça: Intersecções

nas Trajetórias Profissionais” e “Resistências Epistemológicas”, detalhados na seção Resultados e Discussão.

Como explicitado no fluxograma do método da pesquisa-documentário, negociamos com diálogo constante, interação e consentimento das sujeitos-personagens para chegarmos às escolhas das imagens finais (Gomes-Souza, 2025). Após diálogo no nosso coletivo, realizamos e aprovamos o *print* da tela do material audiovisual da pesquisa-documentário, meramente para ilustrar/apresentar as imagens das sujeitos-personagens.

2 Resultados e Discussão

Como resultados, apresentam-se, a seguir, alguns recortes das falas das sujeitos-personagens que participaram da pesquisa-documentário, os quais foram analisados sob a perspectiva do feminismo negro. Esses trechos evidenciam as experiências de subjetivação em suas trajetórias de vida; os percursos profissionais atravessados pelos afetos e dinâmicas interseccionais de gênero e raça; e as estratégias de resistência e protagonismo que emergem das vivências dessas mulheres negras em seus contextos laborais. Essa subjetivação é concebida por Gomes-Souza e Tramontano (2024, p. 145) como

(...) o processo de formação da subjetividade que constitui o sujeito. É o fenômeno no qual os sujeitos constroem, reconstróem, organizam e manifestam, de forma singular, seus pensamentos, afetos, sentimentos e emoções, produzidos socialmente na interação com o outro, em dado contexto histórico e cultural, nos diferentes espaços que atuam e atuarão ao longo da vida.

Trajetória de Vida

No contexto amazônico, a subjetividade e o protagonismo de mulheres negras no ambiente de trabalho se manifestam em um cenário complexo e desafiador. A experiência dessas mulheres é moldada pela interseccionalidade de gênero, raça, etnia, classe e outros elementos que se entrelaçam em suas trajetórias. Conforme Silva *et al.* (2025), a colonialidade, com seus processos de violência e exploração, afeta diretamente a saúde das mulheres e de seus territórios. Essa realidade se reflete na prevalência de adoecimento mental entre pessoas negras e indígenas, que, ao buscarem melhores condições de vida por meio de movimentos migratórios, enfrentam vulnerabilidades e desafios socioeconômicos.

Nesse sentido, o trabalho se torna um ato de afirmação e subversão, por meio do qual a subjetividade e os afetos dessas mulheres se unem à luta por dignidade e por uma vida melhor para si e para as futuras gerações. No entanto, a trajetória de vida dessas mulheres é, muitas vezes, negligenciada e tem suas potencialidades sistematicamente apagadas. A análise de Cisne e Inael (2022) destaca que o racismo e o patriarcado operam como sistemas interligados ao capitalismo, constituindo o alicerce da desigualdade social. A herança histórica colonial e escravocrata brasileira é vista como a origem da perpetuação de um processo de exploração que vitima principalmente as mulheres negras, submetendo-as a violências e à invisibilidade decorrentes da interseção de discriminações.

Essas intersecções irão influenciar os modos de vida e a construção de suas identidades raciais e políticas, como demonstrado na fala de Karla.

Eu fui uma menina criada para estudar. Sempre minha mãe plantou isso na minha cabeça. Sou filha de uma mãe solo. De mãe parda. Vinda uma família do avô negro e avó branca, que teve filhos negros e pardos. Minha mãe é um pouco mais clarinha do que eu... Minha mãe dizia que insistia pro meu avô para deixar ela estudar, e ele dizia que mulher não tinha que se preocupar em estudar; mulher tinha que se preocupar em aprender a ser uma boa dona de casa. (Karla).

Karla afirma que foi uma menina criada para estudar. Sua fala é mais do que uma recordação da infância: constitui um relato do papel da educação como um instrumento que quebra ciclos de violência e transforma suas perspectivas de vida. Para hooks (2013), a educação não deve ser um processo de domesticação ou apenas transmissão de informações, mas um ato libertador e uma prática de liberdade que permite aos oprimidos compreender as estruturas de poder que os cercam e, dessa forma, agir para transformá-las.

A narrativa começa estabelecendo a educação como um valor fundamental. O desejo expresso de sua mãe configurava-se como parte de uma estratégia de emancipação. Para uma mãe solo, investir nos estudos da filha era oferecer a ela as ferramentas para construir um futuro autônomo.

A interseccionalidade, proposta por Crenshaw (2002), é um conceito fundamental para compreender as consequências estruturais das categorias de subordinação. A experiência de Karla, ao mencionar o colorismo em sua família, ilustra um aspecto desse movimento interseccional. No Brasil, a construção da identidade racial é atravessada por múltiplas camadas de pertencimento, miscigenação e hierarquização fenotípica. De acordo com

Góes (2022), o colorismo é uma forma de discriminação que opera dentro dos próprios grupos racializados, valorizando corpos negros que se aproximam dos padrões estéticos da branquitude. Assim, a diferença na tonalidade da pele entre mãe e filha, citada no relato, pode resultar em vivências raciais distintas, mesmo no seio da mesma família.

Dessa forma, a sujeito-personagem constrói sua subjetividade com base em uma identidade multifacetada, na qual a herança familiar e racial é fundamental para sua autopercepção. A influência de sua mãe é central para sua formação subjetiva, especialmente no que tange à importância da educação, e demonstra as marcas do patriarcado enquanto discurso normativo de papéis familiares que atravessaram os tempos e ainda são visíveis na constituição das famílias (Narvaz; Koller, 2006).

A insistência da mãe de Karla para que a filha estudasse, apesar da imposição do avô, configura-se como um ato de resistência contra a opressão patriarcal imposta há séculos. Narvaz e Koller (2006) destacam que apesar da hegemonia do discurso patriarcal normativo, as famílias (em especial, as mulheres) inventam outros papéis familiares e relações na cotidianidade de suas experiências, o que “explode” essa hegemonia.

Chegar aonde eu queria, onde eu almejava, exigia a análise do que era viável, do que era possível em termos financeiros e também em termos de reconhecimento, porque eu era a primeira pessoa da minha família a ter um curso superior. (Lolete).

Num contexto em que mulheres negras na Amazônia frequentemente enfrentam maior vulnerabilidade econômica e acesso limitado à educação, a fala de lolete é, além de uma estratégia, um ato de resistência. Ser a primeira pessoa da família a ter um curso superior significa quebrar um ciclo de exclusão constituído por barreiras financeiras e raciais impostas por um sistema desigual. A capacidade subversiva de resistência às normatizações reguladoras — em ser a primeira de sua família a ter um curso superior — é um exemplo de como, mesmo dentro de estruturas familiares marcadas por estereótipos sexistas e preconceitos, mulheres são capazes de desafiar e subverter as normas, abrindo possibilidades para a (re)invenção de papéis e de relações que transcendem o modelo patriarcal (Luz; Correia; Castro, 2022).

Eu me formei em jornalismo muito nova. Tinha 21 anos, cara de menina. Aí tu imagina uma menina, preta, periférica, em um ambiente masculinizado. Ainda mais quando eu ia cobrir essas questões de política. (Luciana).

A fala de Luciana nos oferece um exemplo prático das opressões que se manifestam de forma interseccional. De acordo com Crenshaw (2002), as pessoas não são oprimidas por uma única característica de sua identidade (como gênero ou raça), mas pela maneira como essas categorias se cruzam e se potencializam. Ela não é discriminada por ser apenas mulher, mas também por ser negra e periférica, ou seja, é a combinação dessas identidades que a coloca em uma posição de maior vulnerabilidade.

Sua juventude foi usada para desacreditar sua capacidade profissional, sugerindo que ela carecia da experiência e maturidade necessárias para ocupar esses espaços, o que fez emergir mais uma barreira. Essa desqualificação é frequentemente direcionada a mulheres que buscam ocupar espaços de poder e influência, especialmente em ambientes masculinizados como o jornalismo (Ribeiro, 2022). Dessa forma, a luta dela não é apenas contra o machismo ou racismo, mas contra a forma como esses preconceitos se entrelaçam e se intensificam, criando obstáculos na ocupação de espaços no mercado de trabalho.

Entre Gênero e Raça: Intersecções nas Trajetórias Profissionais

Nessa questão racial, por exemplo, a gente percebe que você tem maior dificuldade de ascender a determinados cargos. É... por exemplo, nos jornais por exemplo, eu nunca tive cargo de editora; sempre ali na reportagem. Era claramente me dito isso na época: que era complicado minha ida para o jornal televisivo por conta da imagem. E aí entra a questão do cabelo crespo, queria que alisasse o cabelo, eu não era magra o suficiente. (Luciana).

Em seu relato, a sujeito-personagem evidencia como o fato de ser mulher e negra impacta diretamente as oportunidades de ascensão profissional. A dificuldade de chegar a cargos de liderança, como o de editora, não está relacionada apenas a ser mulher, mas também a ser negra. Nas suas palavras, percebe-se que as barreiras estruturais não atingem todas as mulheres da mesma maneira: para as mulheres negras, a raça adiciona obstáculos ainda maiores.

Nesse sentido, hooks (2019a) aponta que, no contexto histórico da mulher como trabalhadora remunerada, embora as mulheres brancas tenham ingressado no mercado de trabalho depois das mulheres negras, avançaram mais rapidamente. Como resultado da discriminação sexista, o racismo assegurou que a trajetória da mulher branca fosse sempre mais favorável do que a da mulher negra trabalhadora.

Corroborando isso, Gonzalez (2020) afirma que, no Brasil, ser negra e mulher significa estar sujeita a uma tripla discriminação (raça, sexo e classe), já que os estigmas produzidos pelo racismo e pelo sexismo a colocam entre os grupos mais oprimidos da sociedade. Mesmo diante das imagens negativas que lhe são atribuídas e das condições de superexploração e alienação às quais estão submetidas, as mulheres negras ocupam um lugar socialmente desvalorizado. Ainda assim, é necessário reconhecer, de forma dialógica, (isto é, com base em diálogos, em trocas de saberes), as estratégias de sobrevivência e resistência dentro de uma estrutura social forjada pelo racismo e pelo capitalismo.

Ainda em seu relato, ao citar a exigência de alisar o cabelo e de ser magra, Luciana aponta para uma narrativa que busca moldar a mulher negra aos padrões de beleza eurocêntrica. O cabelo crespo e o corpo fora do padrão magro são vistos como “inadequados” para a televisão — um espaço que, ao longo da história, privilegia e reproduz a imagem da mulher branca e magra. Essa exigência é mais do que uma forma de violência simbólica, na qual a estética negra é rejeitada e o corpo negro precisa ser constantemente corrigido: é sobretudo uma manifestação evidente do racismo institucional.

Essa lógica excludente com base em características físicas insere-se no contexto descrito por Gonzalez (2020). Ela mostra que as mulheres negras encontram barreiras explícitas para serem contratadas em determinados setores, especialmente em funções que exigem contato direto com o público. Ao analisar criticamente anúncios de vagas de emprego incluindo o critério de “boa aparência”, a autora enfatiza que, na prática, esse requisito está associado à preferência por candidatas que se enquadram no grupo racial dominante.

Essa realidade também dialoga com a concepção apresentada por Bento (2022), que aprofunda a discussão ao evidenciar que o racismo institucional se manifesta por meio de práticas organizacionais que, embora sem a intenção de discriminar, produzem efeitos desiguais e negativos sobre determinados grupos. Isso pode ser observado em situações como a limitação do acesso de mulheres negras a experiências em funções de comando, bem como à reduzida oportunidade de participar de treinamentos de qualidade ou mentorias, o que diminui sua competitividade para alcançar cargos de liderança. A autora ressalta também que não é apenas por atitudes discriminatórias que se identifica uma instituição racista, mas também pelo número de profissionais com perfil homogêneo, ou seja, um local sem a presença de diversidade.

Para a sujeito-personagem lolete, a realidade não foi muito diferente. Sua trajetória é marcada pelos atravessamentos do racismo, que impuseram vários desafios em razão de sua identidade racial. A pressão para mudar e ter que se adaptar no ambiente de trabalho também estão presentes em sua vivência.

A minha identidade racial sempre influenciou nas oportunidades de estudo, da educação continuada, no ambiente de trabalho. Eu entendia que o ambiente de trabalho demandava uma adaptação em termos de vestimenta, de como eu me apresentava com meu cabelo, ou até mesmo com a linguagem que eu utilizava, fazendo com que, se eu negasse as minhas raízes familiares e da minha comunidade, eu seria muito mais aceita. Então a pressão por mudança aconteceu por embranquecimento. (Lolete).

A fala de lolete explicita como a identidade racial de uma mulher negra não é apenas um aspecto, mas um marcador social que determina e molda suas oportunidades e exige uma constante negociação e, por vezes, negação de si mesma para estar e se encaixar em determinados espaços. Nesse sentido, quando menciona a “pressão por mudança” que resulta no processo de embranquecimento, a sujeito-personagem mostra que isso não foi uma escolha livre, mas uma estratégia de sobrevivência imposta por uma sociedade que mantém a hegemonia branca e desvaloriza e nega a negritude em todas as suas manifestações.

Esse processo vivenciado por lolete vincula-se à análise feita por Souza (2021), ao demonstrar como o sujeito negro, marcado pela imposição do ideal de embranquecimento, é forçado a rejeitar características associadas à sua cor. A autora também observa que a trajetória de ascensão de pessoas negras no contexto brasileiro constrói-se por meio da assimilação dos padrões brancos de sociabilidade, o que implica a submissão ideológica de um grupo racial àquele que se impõe como hegemônico. Assim, o reconhecimento social é condicionado à renúncia da própria identidade, sendo medido pelo grau de negação da negritude.

Ainda em sua narrativa, lolete aponta situações que expõem o racismo presente em sua trajetória, revelando como ele se manifesta de forma recorrente em diferentes espaços de sua atuação.

Já ocorreram, e continuam ocorrendo, vivências de racismo no meu ambiente de trabalho, dentro da universidade ou mesmo em outros espaços que eu já frequentei, em decorrência da minha atuação como pesquisadora, ou mesmo como integrante de movimentos de ativismo, de defesa de direitos humanos. (Lolete).

Iolete não está apenas relatando os episódios de racismo que perpassam sua vivência passada e seu cotidiano atual; ela denuncia o racismo institucional presente em seu ambiente de trabalho como professora universitária, como pesquisadora cuja produção está vinculada a temáticas raciais e de gênero e como militante em movimentos político-sociais.

Nesse sentido, é válido citar aqui um dos textos de Iolete Silva, pesquisadora engajada na luta antirracista. Segundo a autora Silva (2023), enfrentar o racismo epistêmico gerado nos currículos e nas práticas de pesquisa que desconsideram os saberes negros e indígenas, bem como a criação de políticas afirmativas, constitui um caminho para impulsionar pesquisas, ensino e extensão voltados às cosmo percepções negras e cosmovisões indígenas. Para isso, a autora defende a proposta de enegrecer e aldear a pós-graduação, compreendendo-a como espaço coletivo e de diversidade de produção de conhecimento científico, no qual ensinar, aprender e pesquisar se realizem em diálogo com estudantes negras, negros, negres e indígenas.

Evidentemente, quanto mais Iolete tenta combater essas estruturas racistas, mais vivencia as manifestações dessa opressão em sua trajetória profissional. Para Kilomba (2008), o racismo não deve ser entendido como um problema individual, mas como um fenômeno estrutural e institucional experienciado por pessoas negras. Ao falar sobre o conceito de racismo institucional, a autora evidencia que o racismo não se restringe a um fenômeno ideológico, mas se manifesta de forma estruturada nas instituições. Ele se expressa por meio de padrões de tratamento desigual em práticas cotidianas, como no sistema educacional, no mercado de trabalho, no sistema judiciário, entre outros espaços, trabalhando para garantir privilégios a pessoas brancas em relação a outros grupos racializados.

O racismo institucional não apenas molda o acesso às instituições, mas também regula quem é legitimado a ocupar certos lugares e como esses corpos são percebidos e tratados. A intersecção entre raça e gênero, especialmente em ambientes masculinizados como o sistema judiciário, intensifica essas violências simbólicas e estruturais, conforme mostra a fala da sujeito-personagem.

Os olhares, as piadas, os comentários me afetam. Mesmo eu sendo promotora de justiça. Esse lugar de ser mulher, em um ambiente masculinizado, vai te levando a situações desagradáveis. (Karla).

A fala mostra como o gênero influencia a trajetória profissional, especialmente das mulheres, mesmo em posições de poder. Ainda que

ocupe o cargo de promotora de justiça, Karla relata experiências que a fazem se sentir mal e que expõem a permanência de constrangimentos cotidianos em um espaço masculinizado. Isso indica que a autoridade formal não elimina as assimetrias de gênero presentes nas relações de trabalho.

Teve toda uma adaptação, né? No sentido de se vestir, se portar, falar. De você muitas vezes ali sofrer assédio por ser mulher e tentar se proteger, porque de certa forma é teu emprego também que tá em risco, né? (Luciana).

Quase metade das mulheres negras no Brasil (48%) está empregada no trabalho doméstico. Tal cenário demonstra que a ampliação do mercado de trabalho não resultou em avanços expressivos para esse grupo. Mesmo com investimento em escolaridade, elas acabam sendo direcionadas a ocupações de baixa remuneração e pouco prestígio social. Além disso, o critério de “boa aparência”, frequentemente relatado por mulheres negras, funciona como um recurso velado para restringir suas oportunidades, evidenciando a força do racismo na dinâmica do mercado de trabalho, mesmo quando os níveis educacionais são equivalentes. (Carneiro, 2003).

Luciana corrobora essa perspectiva, descrevendo uma necessidade de adaptação na forma de se vestir, de se portar e de falar para navegar o ambiente profissional. Ela também relata ter sofrido assédio por ser mulher e ter sido necessário se proteger. Essas experiências destacam a vulnerabilidade das mulheres em ambientes profissionais e a pressão para conformar-se a condutas opressoras ou para proteger-se contra elas.

Essas vivências podem ser contextualizadas pela supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado, que historicamente atribui maior valor às atividades masculinas em detrimento das femininas. Esse pensamento patriarcal estabelece papéis sexuais e sociais rígidos, legitimando o controle sobre a sexualidade, corpos e autonomia femininas; além disso, posiciona o feminino como subserviente, inclusive no ambiente doméstico. Essa estrutura cultural e social, conforme explica Scott (1995), reflete-se diretamente nas dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres em suas carreiras. A “verdadeira epidemia de violência contra a mulher” mencionada por Karla é um reflexo extremo dessa estrutura que vulnerabiliza, principalmente, as mulheres.

Sempre eu vou atuar tendo essa perspectiva que me domina, que é, enfrentar sistemicamente essa estrutura que oprime pessoas de grupos vulnerabilizados, seja por classe, pessoas que são mais pobres que estão nas camadas mais marginalizadas, seja no gênero que são as mulheres. Hoje nós vivemos uma

verdadeira epidemia de violência contra a mulher e decorrente disso, dessa estrutura que vulnerabiliza pessoas de gênero, a comunidade LGBT, até por pertencer a comunidade LGBT. Também na raça, eu consigo vislumbrar de que modo que o aspecto racial te distingue e te faz ter deméritos e ter obstáculos na vida e que precisa ser transposto. O sistema precisa evidenciar isso e precisa reconhecer essa existência. (Karla).

Além do gênero, a raça também é apresentada como um fator crítico que afeta a trajetória profissional. Karla afirma que o aspecto racial distingue as pessoas, gerando obstáculos que precisam ser transpostos. Ela enfatiza a necessidade de o sistema evidenciar e reconhecer a existência desses desafios raciais. Além disso, aponta para uma luta contínua contra preconceitos e barreiras estruturais que se manifestam no acesso, progressão e tratamento digno das mulheres racializadas no ambiente de trabalho.

Dessa forma, pensar gênero sem considerar a dimensão racial é insuficiente, pois as hierarquias de raça atravessam e reconfiguram as próprias experiências de ser mulher ou de ser homem. A análise proposta por Carneiro (2003) evidencia que a igualdade de gênero não pode ser entendida de modo universal e abstrato, mas, sim, deve ser pensada em diálogo com as desigualdades raciais que estruturam nossa sociedade. Assim, a luta por equidade requer a desnaturalização dos modelos de gênero baseados na experiência dos grupos dominantes, abrindo espaço para reconhecer e valorizar as múltiplas formas de existência que emergem dos grupos historicamente subalternizados.

Resistências Epistemológicas

As mulheres negras carregam em seu próprio corpo um território político, que se manifesta antes mesmo da fala e funciona como um símbolo de resistência e identidade. No entanto, essa potência ainda é marcada por estereótipos, os quais limitam a possibilidade de construir novas narrativas e revisar criticamente os processos históricos que as mantêm em condições de apagamento social e epistêmico (Souza, 2018).

Essa compreensão do corpo como território político possibilita reconhecer que, mesmo diante dos estereótipos, as mulheres negras constroem formas que desafiam essas estruturas. Nesse contexto, as falas das sujeitos-personagens revelam estratégias de resistência construídas ao longo de suas vivências, manifestadas em diferentes práticas, a saber: escolhas estéticas como expressão de autoafirmação identitária; vínculos religiosos e ancestrais

enquanto formas de reconexão espiritual; e o aprofundamento nos estudos, não apenas naquilo que lhes cabia na qualidade de profissionais, mas também por meio da apropriação crítica dos saberes, como movimento contínuo de enfrentamento do racismo, conforme veremos a seguir.

Tomei posse cacheada. Eu acho que isso diz muito sobre mim, porque naquele momento eu tava ali me afirmando. Tava me apresentando institucionalmente e, na verdade, eu mudei meu estilo, minha aparência muito mais para transparecer quem eu sou, do que esconder quem eu sou. Para representar também, de ser aquela referência, “olha, aquela pretinha ali, eu posso chegar lá”. (Karla).

Ao tomar posse com o cabelo cacheado, a sujeito-personagem, compartilhando suas conexões intersubjetivas, simbólicas e afetivas (Gomes-Souza; Lima, 2025), rompe com os padrões estéticos de raízes eurocêntricas, impostos como “adequados” em espaços formais, especialmente em ambientes como o judiciário. O cabelo representa um símbolo da identidade negra; ao assumi-lo, expressa o sentimento de pertencimento, orgulho, resistência, posicionamento político e, sobretudo, afirmação: este corpo negro está, e estará sim, presente neste espaço.

Essa afirmação estética e política dialoga diretamente com a reflexão de Bento (2022), ao apontar que o cabelo da mulher negra, especialmente quando volumoso e fora dos padrões considerados “disciplinados”, pode ser entendido como uma provocação à lógica homogênea de existência, sugerindo uma abertura para concepções plurais de estar no mundo. Essa estética, ao fugir do estereótipo eurocêntrico de “boa aparência”, revela uma postura crítica diante das normas hegemônicas. Mais do que uma questão estética, o incômodo gerado por esse cabelo está relacionado à presença negra em espaços historicamente reservados à branquitude, desafiando estruturas de exclusão e reafirmando identidades outrora abafadas.

Além disso, o trecho sobre a mudança de estilo para transparecer quem se é reflete um processo de subjetivação, no qual Karla se coloca como protagonista de sua própria narrativa, recusando os silenciamentos e a invisibilização. Esse movimento a conduz, portanto, a se apresentar institucionalmente como quem realmente é, e não como esperam que ela seja. O gesto representa a busca não apenas por protagonismo individual, mas também coletivo, ao afirmar que pode ser uma referência naquele espaço, abrir caminhos e inspirar outras mulheres negras a também conquistá-lo.

Sob uma perspectiva crítica, hooks (2019b) propõe que as trajetórias das mulheres negras não sejam vistas e nem reduzidas à dor ou à falta, mas

compreendidas em sua complexidade e diversidade de experiências negras. Ao rejeitar concepções identitárias homogêneas e ocidentais, a autora defende a construção de uma subjetividade negra que se afirma como ato de resistência. Essa postura permite que mulheres negras se reconheçam em outras histórias, não só as de sofrimento, rompendo com narrativas vitimizantes e evidenciando experiências de potência e transgressão.

Ao relatar sua experiência, a segunda sujeito-personagem também compartilha sua subjetividade e afetos ao descrever os caminhos construídos para resistir às manifestações de racismo presentes no contexto profissional.

Hoje já estou um pouco mais resolvida com essas questões. É claro que, assim... o estudo sobre racismo é permanente, a luta é permanente. Quando aconteceu essas demandas, essas problemáticas no ambiente de trabalho... Algo que não me fez desistir da vida, porque teve isso, em alguns momentos teve isso, eu tive ideiação suicida, foi muito a questão da religiosidade, da ancestralidade... Então eu acho que minhas guias, minha ligação com meus volumes encantados, faz parte sim dessa questão. (Luciana).

A fala de Luciana evidencia uma trajetória permeada por dor e reconstrução diante das vivências de racismo. Ao mencionar que o estudo sobre o racismo e a luta são permanentes, ela deixa claro que a compreensão e o enfrentamento do racismo são processos contínuos. Isso aponta para uma consciência crítica de que não se trata de um problema pontual, mas estrutural e persistente, exigindo ação constante.

A narrativa da sujeito-personagem se relaciona com a perspectiva de Pinheiro (2023), segundo a qual o racismo, enquanto componente das estruturas sociais, constitui subjetivamente cada um de nós, atravessando nossas experiências e reverberando em nossos discursos e comportamentos. A autora observa que, dentro da realidade brasileira, nós nascemos e nos constituímos naturalizando a desimportância de pessoas negras. Por mais que desenvolvamos uma consciência crítica sobre as manifestações do racismo, ele continua presente na formação das nossas visões de mundo. Por isso, há uma urgência na adoção de práticas antirracistas.

O relato também revela o adoecimento mental experienciado por Luciana, ao descrever que as situações vividas no ambiente de trabalho chegaram a desencadear ideiação suicida. Essa fala, ao mesmo tempo em que se mostra impactante, denuncia os efeitos nocivos do racismo sobre a saúde mental de pessoas negras — um problema que, na maioria das vezes, é ignorado ou negligenciado.

Nessas situações, os sinais de sofrimento psíquico costumam ser explicados por fatores biológicos ou genéticos, ou seja, quase nunca são reconhecidos como resultado do racismo. No entanto, compreendemos que esse sofrimento é parte do processo de subjetivação; em outras palavras, é parte de como o sujeito se constitui em meio às estruturas sociais, históricas e culturais que o atravessam (Gomes-Souza; Tramontano, 2024), entre elas o racismo. Esse processo marca a experiência individual e se inscreve na trajetória de vida, produzindo modos específicos de sentir e narrar a própria existência. Assim, o sofrimento psíquico não pode ser dissociado da constituição subjetiva de pessoas negras, uma vez que o racismo atua de forma persistente na formação de suas identidades e percursos.

As mulheres negras vivenciaram, e continuam enfrentando, múltiplas formas de violência, que as acompanham desde o período do sistema escravista e permanecem pungentes nos dias atuais. Essas violências contribuem para o surgimento de prejuízos emocionais e para o adoecimento psicológico. Mesmo recorrendo a diversas estratégias de resistência, o custo dessas lutas muitas vezes compromete a saúde (Gomes; Costa; Reis, 2024; Mariosa; Ronzani; Oliveira; Maia, 2024). É necessário que a psicologia se aproxime da problemática racial e dos elementos históricos do país, a fim de compreender como esses fatores atravessam e impactam o psiquismo (Benedito; Fernandes, 2021).

A fala da sujeito-personagem também aponta os caminhos de resistência que encontrou por meio da religiosidade e da ancestralidade. Essa ligação espiritual não é apenas uma prática pessoal, mas também uma forma de reconexão com saberes ancestrais historicamente marginalizados pelo pensamento eurocêntrico. A menção às “guias” representa um vínculo com as tradições que sustentam a vida e oferecem sentido diante da dor, funcionando como fonte de força, proteção e identidade.

Essa perspectiva se conecta com o que é proposto por Santos e Machado (2020), ao evidenciar que as religiões de matriz africana cumprem um papel que ultrapassa a vivência comunitária, pois também atuam como espaços de construção de identidade e memória coletiva. Além disso, estão ligadas à preservação de valores aforreferenciados e configuram formas de resistência contra o racismo, especialmente contra a desvalorização da mulher negra (Alves *et al.*, 2025). Isso inclui combater o embranquecimento imposto a essas mulheres, considerando que os critérios de raça e etnia se estabelecem em estreita relação com as dinâmicas de poder.

Para a terceira sujeito-personagem, a principal estratégia de resistência adotada foi o mergulho nos estudos, revelando que a busca por conhecimento foi uma ferramenta essencial no enfrentamento do racismo.

A principal estratégia de resistência que eu adotei foi estudar. Foi provar minha competência, pra mim mesma e também pras outras pessoas [...]. Essas situações, a partir do momento que a gente começa a compreendê-las e entender que elas não decorrem de uma atitude nossa, dá mais força pra lutar. Dá mais motivação para eu realizar o trabalho que eu realizo, no campo da educação, no campo da formação e também na militância junto aos movimentos sociais. (Lolete).

Nesse trecho, lolete revela que estudar não foi apenas uma forma de enfrentamento, mas também um meio de afirmar sua competência para si mesma e para os outros, em uma sociedade que constantemente deslegitima pessoas negras, especialmente mulheres. Essa necessidade de provar valor e capacidade está intrinsecamente enraizada em uma estrutura social racista e sexista, que historicamente nega às mulheres negras o reconhecimento de sua inteligência e humanidade.

Essa experiência se conecta à análise de Collins (2022), segundo a qual as concepções sobre raça e práticas racistas em nível global apoiam-se em políticas que classificam os corpos. Ao dividir a humanidade em categorias raciais menores, essas ideias possibilitam a construção de grupos racialmente distintos ou opostos, de acordo com interesses políticos e econômicos específicos. Nesse processo, os estigmas atribuídos a pessoas negras e a outros grupos racializados, muitas vezes comparados aos de grupos considerados fracos, marcam os corpos com ideias de capacidade ou incapacidade, reforçando concepções mais amplas sobre competência e hierarquia entre os grupos.

Ainda sobre a sujeito-personagem, ao compreender que as violências sofridas não decorriam de atitudes individuais, mas de estruturas históricas e sociais, ela transforma essa tomada de consciência em motivação para lutar (Gomes; Costa; Reis, 2024). Sua resistência se expressa em seu trabalho na educação, na formação e na militância. Ao direcionar suas energias para esses campos, ela não apenas resiste, mas também contribui para a luta antirracista e para a valorização das mulheres negras como protagonistas.

A descolonização das mentes demanda a criação de práticas pedagógicas e epistemológicas voltadas para o enfrentamento do racismo. Esse movimento envolve tanto uma postura emancipatória em relação a si e ao outro quanto a desconstrução da lógica racista presente na socialização e nos processos formativos, sejam eles privados, sejam públicos. Nesse percurso, compreender o racismo e seus efeitos interseccionais torna-se parte essencial para avançar na descolonização dos sujeitos, do conhecimento e dos currículos (Gomes, 2021).

Considerações finais

As trajetórias analisadas evidenciam que ser mulher negra amazônida no mercado de trabalho implica enfrentar barreiras estruturais que articulam racismo, sexismo e desigualdades de classe, gerando impactos tanto nas possibilidades de ascensão profissional quanto na constituição subjetiva e na saúde psíquica dessas mulheres. Mesmo em posições de prestígio, como promotora, advogada e professora universitária, as sujeitos-personagens relatam pressões estéticas e comportamentais que revelam a persistência de padrões eurocêtricos como parâmetro de valorização.

Tais vivências, documentadas por meio da pesquisa-documentário, vão além de retratar os atravessamentos do racismo em suas trajetórias pessoais e profissionais. Elas evidenciam as transgressões e as diversas estratégias de resistência a esse processo, desde a educação como ferramenta de combate ao racismo e a afirmação identitária e estética como ato político até a religiosidade como fonte de fortalecimento.

Nesse sentido, o método se mostrou eficaz e cumpriu o seu propósito de articular práticas de ensino, pesquisa e extensão de forma criativa, coletiva, democrática, transdisciplinar e ético-política. Mostrou-se ainda capaz de proporcionar espaços de fala/escuta, compartilhando campos subjetivos, dialógicos e afetivos que favoreceram maior autonomia, protagonismo e notoriedade às trajetórias de trabalhadoras negras no contexto amazônico. A pesquisa gera um impacto local e regional, mobilizando reflexões e ações em prol de melhorias públicas diante dos desafios nacionais e internacionais de silenciamentos e apagamentos de territórios epistemológicos de mulheres negras em seus diferentes espaços de atuação. Nossa principal contribuição foi exemplificar, sensibilizar e contextualizar histórias de lutas, resistências e afetos de mulheres negras no trabalho.

Como limitações, tivemos dificuldades de alinhar agendas para cumprir os procedimentos metodológicos, dentro da carga horária da disciplina em um só semestre, bem como dificuldades no processo de montagem do material audiovisual e apropriação dos softwares (filmamos com smartphones e usamos o Capcut e outros programas de edição). Como a experiência que possibilitou essa pesquisa foi coletiva, esses e outros desafios foram amenizados por meio das TDIC e da discussão durante as aulas: tal espaço viabilizou o compartilhamento de expertises e experiências do professor/supervisor e demais pesquisadores-documentaristas. Ressaltamos que os resultados obtidos contribuíram para a robustez do método utilizado, mantendo seu compromisso ético-político de forma democrática, coletiva e transdisciplinar.

Para estudos futuros e encaminhamentos, indicamos e estimulamos o uso de estratégias mais criativas de se fazer e divulgar ciência, como a pesquisa-documentário, para alcançarmos outras comunidades além da acadêmica. O material audiovisual produzido será doado para a Secretaria de Cultura a fim de ser amplamente divulgado em diferentes eventos acadêmicos e, principalmente, culturais e sociais em âmbito local, regional, nacional e internacional. A proposta é fortalecer pontes transdisciplinares entre comunidades, universidade e Estado/nações, criando condições para sensibilização, reflexão e ações em prol de avanços sociopolíticos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Eliane *et al.* Resistências e ressignificações de vivências de racismo: formação criativa em pesquisa-documentário. **Diversidade e Educação**, v. 13, n. 1, p. 1061-1084, 2025.

ALVES, Érika Cristina Silva; ROCHA, Anna Carolina Carvalho. A discriminação da população negra no mercado de trabalho brasileiro pós-abolição. **Iniciação & Formação Docente**, v. 8, n. 2, p. 428–440, 2021.

ARAÚJO, Romilda Ramos de; SACHUK, Maria Iolanda. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão – REGE**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.

BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Presidência da República; Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 199–213.

CARRIJO, Gilson Goulart; RASERA, Emerson Fernando; TEIXEIRA, Flávia B. Aonde isso vai parar? Desafios éticos na pesquisa-documentário com travestis. **Cadernos Pagu**, n. 61, p. 1-13, 2021.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 2, p. 191-201, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Editorial Boitempo, 2016.

FREIRE, Marcius. **Documentário – Ética, estética e formas de representação**. São Paulo: Annablume, 2012.

GÓES, Juliana Moraes de. Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. **REVES – Revista Relações Sociais (Viçosa)**, v. 5, n. 4, p. 1–15, 2022.

GOMES, Gabriella Masulo; COSTA, Gabriela da Silva Dias; REIS, Maria Carollina Padilha Montenegro. A realidade do trabalhador-estudante pelo olhar de quem vive em “Trabalhar e Estudar: Subjetividades, Lutas e Afetos”. **Trabalho (En)Cena**, [S. l.], v. 9, n. Contínuo, p. 1-13, 2024.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021.

GOMES-SOUZA, Ronaldo. Psicologia do Trabalho e Pesquisa-Documentário: Contribuições Teórico-Metodológicas. In: GOMES-SOUZA, Ronaldo et al. (Orgs). **Subjetividade, trabalho e saúde: aproximações entre práticas e saberes nos contextos amazônico e latino-americano**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025, p. 305-310..

GOMES-SOUZA, Ronaldo; LIMA, Kézia Sousa. Subjetividades e afetos na pesquisa-documentário com estudantes universitários que trabalham. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 13, n. 1, p. 5070-5083, 2025.

GOMES-SOUZA, Ronaldo; SAMPAIO, Cláudia Regina Brandão; TRAMONTANO, Marcelo Claudio. Psicologia Indígena, ou a construção de um lócus de mediação. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 41, p. 1-19, 2024.

GOMES-SOUZA, Ronaldo; TRAMONTANO, Marcelo Claudio. Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais. **Cadernos Metrôpole**, v. 26, n. 59, p. 143-167, 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando; PATIÑO TORRES, José Fernando. La Epistemología Cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. Conversación con Fernando González Rey. **Revista de Estudios Sociales**, n. 60, p. 120-127, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?:** Mulheres negras e feminismo. Editora: Rosa dos Tempos, 2019a.

----- **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Editora: WMF Martins Fontes, 2013.

----- **Olhares negros:** raça e representação. Editora Elefante, 2019b.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades:** 21,2% das mulheres negras ocupadas não contribuem para a Previdência. 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/porta1/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia>>. Acesso em: 10 de março de 2025.

KILOMBA, Grada. 2019. **Memórias da plantação:** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.

LUZ, Agatha Leticia Eugênio da; CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; CASTRO, Waldirene dos Santos. Saberes e processos educativos emergentes da luta de mulheres negras quilombolas da Amazônia: uma análise do Movimento das Tucandeiras de Jambuaçu – Moju/PA. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 1082 – 1100, 2022.

MARIOSIA, Gilmara Santos; RONZANI, Liz Gomes; OLIVEIRA, Luca Mendonça; MAIA, Fernando Machado Sobrinho. Impactos Psicossociais do Racismo na Saúde Mental de Mulheres Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, [S. l.], v. 15, n. 43, 2024.

MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do trabalho:** teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios** / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229333.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Planeta, 2023.

RIBEIRO, Cristiane. “Chegou a hora de na imprensa apresentar-nos”: mulheres e os óbices profissionais no jornalismo, Rio de Janeiro, século XIX. **Revista de História** (São Paulo), n. 181, p. 1-25, 2022.

SANTOS, Beatriz Ricarte; MACHADO, Adilbênia Freire. Trajetórias política e religiosa de mulheres de terreiro: saberes ancestrais femininos e a filosofia das religiões de matriz africana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 225, p. 72-81, 13 nov. 2020.

SANTOS, Juciara Alves. Sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, [S. l.]**, v. 10, n. 24, p. 148-165, 2018.

SANTOS, Taina Aparecida Silva. **Mulheres negras, mercado de trabalho, racismo e sexismo (Campinas, 1876-1892)**. 2023. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Iolete Ribeiro da. Educação, Resistência e Povos Amazônicos. In: **Anais do 41ª Reunião nacional da ANPED**, 2023, Manaus. Trabalho Encomendado GT03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos. Manaus: ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2023.

SILVA, Janaína Léia Passos da; CABRAL, Jhanine Magalhães; QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza; FERREIRA, Breno de Oliveira; SOUSA, Ádria de Lima; SILVA, Iolete Ribeiro da. Impactos do sofrimento psíquico e ético-político em mulheres amazônidas, racializadas e reterritorializadas no Ensino Superior: uma análise interseccional. **Revista Diversidade e Educação**, v. 13, n. 1, p. 986-1012, 2025.

SILVA, Janaina Leia Passos da; FERREIRA, Breno de Oliveira; SOUSA, Adria de Lima; SILVA, Iolete Ribeiro da. O sofrimento ético-político e as resistências de ser mulher amazônida: uma narrativa de vida durante a trajetória no ensino superior. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 672–696, 2024.

SOARES, Sergei. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para discussão, 2000.

SOUZA, Josane Silva. Resistência e reexistência de mulheres negras no feminismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, [S. l.], v. 10, n. Ed. Especi, p. 572-582, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Zahar, 2021.

SOUZA, Karolyny Alves Teixeira de; ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. Ser mulher negra no Brasil: reflexões sobre racismo, transformações e resistência. In: **Anais do XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019.

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em abril de 2026.